



Aprovado, imposto maior sobre ganhos de capital vai a sanção

Proposta que passou ontem em Plenário define regras para lucros obtidos na venda de bens por pessoas físicas e pequenas e médias empresas

De acordo com o texto aprovado, serão criadas quatro alíquotas de tributação: 15% para ganhos até R\$ 5 milhões; 17,5% na faixa acima de R\$ 5 milhões e até R\$ 10 milhões; 20% para acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 30 milhões; e 22,5% acima desse valor. A legislação atual estabelece apenas uma alíquota, de 15%, independentemente do ganho.

A discussão da proposta motivou um debate entre os senadores. Para um grupo, o Senado deveria ter mantido o texto original do governo, que previa tributação ainda mais alta. Para outro, o Executivo ainda está devendo uma proposta mais ampla que simplifique o sistema tributário. Um dos relatores, Tasso Jereissati defendeu as mudanças na proposta, dizendo que a tabela de alíquotas trazia distorções. **3**



Moreira/Mariz/Agência Senado

Com 56 votos favoráveis e 11 contrários, Plenário aprova projeto em sessão que gerou debate sobre o sistema tributário

São Luís terá mais prazo para obter crédito externo **3**

Texto obriga órgão público a divulgar valor de anúncios **7**

Plano de assistência funerária pode ser regulado **8**

Grupo Parlamentar Brasil-Argentina deve ser criado **3**

Governo defende FGTS no Minha Casa, Minha Vida **4**

Proposta sobre pré-sal mantém urgência e volta hoje ao debate

Por 33 votos a 31, o Plenário derrubou ontem o requerimento de retirada de urgência na votação do projeto de José Serra que desobriga a Petrobras de ter uma participação

mínima de 30% na exploração de todos os campos do pré-sal. A proposta, que divide os senadores, voltará a ser discutida hoje. Segundo Serra, o texto beneficia a estatal. **3**



Sergio Amami/Governo de Sergipe

Orquestras, como a Sinfônica de Sergipe, poderão ter benefício fiscal

Isenção para instrumento musical importado passa em comissão

Projeto que concede a orquestras e músicos profissionais isenção de três impostos na compra de instrumentos importados e equipamentos foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e segue para a

de Assuntos Econômicos. Os músicos somente obterão a isenção para uso próprio uma vez a cada 36 meses na importação de instrumentos e uma vez a cada 24 meses para compras no mercado interno. **8**



Jefferson Ruy/Agência Senado

O senador Romero Jucá, relator da MP aprovada ontem em comissão mista

Avança MP que suspende em 2016 incentivo à inovação tecnológica

Comissão mista aprovou a MP 694/2015, que faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo e suspende durante 2016 os efeitos da Lei do Bem, que reduz o Imposto de Renda das empresas que inves-

tem em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A medida também eleva as alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins incidentes sobre substâncias importadas utilizadas pela indústria petroquímica. **4**

Delcídio apresenta pedido médico e se afasta por 15 dias

Delcídio do Amaral, que esteve preso até sexta-feira, não retornará logo ao Senado. Ele pediu à Casa licença de 15 dias, para cuidar da saúde. Prazo já começou a correr. **2**

Juristas querem unificar cadastros de empresas

Atualmente empresas precisam ter registro federal, estadual e municipal. Unificação, por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, foi aprovada por comissão de juristas. **5**

Ministro do TCU e advogado-geral vão discutir contas

A Comissão de Orçamento convidará o advogado-geral da União, Luís Adams, e o ministro do TCU Augusto Nardes, que rejeitou os gastos do governo em 2014, para debater a prestação de contas do Executivo. **7**



Gerardo Magela/Agência Senado

Rose de Freitas anunciou que o debate deve ocorrer na próxima semana

Delcídio pede ao Senado licença médica de 15 dias

Conselho de Ética se reúne hoje para avaliar pedido de destituição de Ataídes Oliveira da relatoria, sob alegação de que ele pertence ao bloco do DEM, que apoiou a representação por quebra de decoro

O SENADOR DELCÍDIO do Amaral (PT-MS) apresentou ontem à Secretaria-Geral da Mesa do Senado um pedido de licença médica pelo período de 15 dias. O pedido foi feito com base no Regimento Interno da Casa, que permite aos senadores afastamento por até 120 dias para tratar de doença ou de interesses particulares. Ao pedido de Delcídio, foi anexada instrução médica. O prazo começou a contar na segunda-feira.

Hoje o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar se reúne às 18h30 para decidir se acata o pedido da defesa de Delcídio para a destituição de Ataídes Oliveira (PSDB-TO) da relatoria da ação apresentada contra ele.

Os advogados de Delcídio argumentam que Ataídes não pode ser relator porque pertence ao mesmo bloco partidário de um dos apoiadores da representação: o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO).

Apesar da possibilidade de troca na relatoria, o presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), espera que em até dois meses esse caso esteja concluído.

João Alberto esclareceu que, como a defesa de Delcídio já foi entregue, o relator terá um prazo de cinco dias para apresentar um parecer. Em seguida, o Conselho de Ética será convocado para votar o relatório.

O presidente do conselho negou qualquer constran-



João Alberto disse que conversará com Delcídio caso seja procurado por ele

gimento com o retorno de Delcídio ao trabalho no Senado após ter sido liberado da prisão, na sexta-feira.

— Vejo como normal. Ele é senador e está na prerrogativa do seu mandato. Delcídio ainda não me procurou. Se me procurar, eu o recebo — afirmou João Alberto.

Mais cedo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, havia declarado que Delcídio “vai exercer o mandato na sua plenitude e na forma da Constituição Federal”.

— Quando o STF decidiu a primeira vez, nós chancelamos. Agora novamente nós vamos chancela a decisão do STF, e ele exercerá o mandato — garantiu.

Na avaliação de Renan, a prisão de Delcídio foi “tão rápida e fulminante” que o senador nem sequer conseguiu se manifestar.

Eleição para a Comissão de Assuntos Econômicos é adiada

O vice-presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Raimundo Lira (PMDB-PB), afirmou ontem que aguarda “solução regimental ou política” para convocar a eleição para a presidência do colegiado. Lira cancelou a primeira parte da reunião de ontem, que seria destinada à eleição de novo presidente.

Na semana passada, o líder do PT, Humberto Costa (PE), encaminhou à Secretaria-Geral da Mesa requerimento solicitando a substituição de Delcídio do Amaral na presidência da comissão. A bancada do PT já indicou para o cargo a senadora Gleisi Hoffmann (PR).

Para Cristovam, mentira é o pior crime de Santana

Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que a prisão de João Santana, marqueteiro da campanha da presidente Dilma Rousseff, é uma das maiores surpresas da Operação Lava-Jato. Para ele, é surpreendente que Santana esteja sendo processado por ter recebido dinheiro que, aparentemente, saiu de propina e foi depositado ilegalmente em contas no exterior.

Na avaliação de Cristovam, o grande crime de João Santana foi o golpe aplicado no país com o “marketing mentiroso” na campanha de 2014, usado para manipular o eleitor.

— Espero que a gente desperte para esse outro crime, que corrói o processo democrático de forma tão grave ou até pior que o caixa dois.

Gleisi diz que PT criou mais armas contra corrupção

A impressão de que a corrupção cresceu nos governos do PT é falsa, disse Gleisi Hoffmann (PT-PR). Para ela, se agora aparecem mais casos é justamente porque foram esses governos que investiram no combate à corrupção e criaram os meios para esse enfrentamento.

Como exemplo, Gleisi citou a Controladoria-Geral da União, criada no governo do ex-presidente Lula. A senadora apontou a criação do Portal da Transparência, que dá aos cidadãos o poder de fiscalizar informações de governo, e o fortalecimento da Polícia Federal, que ganhou mais liberdade para atuar.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para ex-ministro do TSE, combate à corrupção não pode ferir direitos

Conduas vedadas aos agentes políticos em ano de eleições e improbidade administrativa foram os temas de ontem do Seminário Fenalegis, realizado no Auditório do Interlegis, do Senado.

O ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Jelson Dias disse que o país atravessa um momento em que o combate à corrupção dá aos agentes públicos a sensação de enfrentar proibições maiores do que as suas possibilidades de ação.

Dias frisou que o único caminho para o agente público não ter suas ações questionadas passa pelo conhecimento das garantias e das vedações previstas em lei. Historicamente, há exemplos de sanções que não foram adequadamente aplicadas ou foram

aplicadas com desequilíbrio. Por isso, segundo ele, a necessidade de se dar ao tema a atenção que merece, de forma a assegurar o tempo e a tranquilidade necessários para a apresentação dos recursos.

— Nossa sanha em combater a corrupção não pode custar nossas liberdades e direitos — disse o ex-ministro.

Coordenadora de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Direito Público, Marilda Silveira reforçou a tese de que todo ato administrativo necessita estar fortemente motivado por fatos a fim de justificar ou afastar ações de improbidade administrativa.

Promovido pela Federação Nacional dos Servidores dos Legislativos e Tribunais de Contas Municipais (Fenalegis), o encontro termina hoje.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CI Geração de energia**
8h30 Na pauta, o PLS 371/2015, que permite uso de recursos do FGTS na aquisição e na instalação de equipamentos para geração própria de energia elétrica em residências.
- CAS Vice-presidência**
9h Eleição da vice-presidência. Após, reunião deliberativa.
- CDR Saneamento básico**
9h Um dos itens da pauta é o relatório sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico.
- CCJ Fundos de pensão**
10h Na pauta, o PLS 388/2015 — Complementar, que reduz a influência política nos fundos de pensão.
- CE Bolsas de estudo e base curricular**
10h Audiência sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Às 14h, debate sobre a Base Nacional Comum Curricular.
- PRESIDÊNCIA Juízes e empresários**
11h30 Renan Calheiros recebe o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia. Às 12h, tem encontro com a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil. Às 12h30, recebe desembargadores do Trabalho. Às 14h, preside a ordem do dia. Após, encontro com Bloco de Apoio ao Governo.
- CDH Idade para adoção**
11h30 Em análise, o PLS 531/2013, que trata da diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando, e o PLS 650/2011, que propõe demandas de acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida.
- CMO Reunião de líderes**
13h30 Reunião do colegiado de líderes. Às 15h, reunião extraordinária.
- PLENÁRIO Petrobras e pré-sal**
14h O PLS 131/2015, sobre atuação da Petrobras na exploração do pré-sal, abre a pauta.
- MP 700 Desapropriações**
14h30 Instalação da comissão da Medida Provisória 700/2015, sobre desapropriações.
- MP 701 Seguro de crédito**
14h40 Instalação da comissão da Medida Provisória 701/2015, sobre seguro de crédito à exportação.
- MP 703 Acordos de leniência**
14h50 Instalação da comissão responsável pela MP 703/2015, sobre acordo de leniência.
- CPI DAS PRÓTESES Requerimento**
15h Análise de requerimento.
- MP 704 Dívida pública**
15h Instalação da comissão da MP 704/2015, sobre pagamento da dívida federal.
- MP 705 Educação infantil**
15h10 Instalação da comissão da MP 705/2015, sobre educação infantil.
- MP 706 Energia elétrica**
15h20 Instalação da comissão da MP 706/2015, sobre concessões em energia elétrica.
- MP 693 Isenção de tributos**
15h30 Votação da Medida Provisória 693/2015, sobre fornecimento de energia para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos.
- MP 707 Caminhões**
15h30 Instalação da comissão da Medida Provisória 707/2015, sobre empréstimos para aquisição de caminhões.
- MP 708 Rodovias**
15h40 Instalação da comissão da Medida Provisória 708/2015, sobre rodovias federais.
- MP 712 Mosquito**
15h50 Instalação da comissão da Medida Provisória 712/2016, sobre ações contra o *Aedes aegypti*.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

PDT indica Lasier para presidir colegiado

O senador Lasier Martins (RS) foi o indicado pelo PDT para ser o novo presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCT).

Ele vai substituir na presidência da comissão o senador Cristovam Buarque (DF), que mudou de partido e deixou o PDT para ingressar no PPS.

O anúncio oficial da mudança de partido foi feito ontem por Cristovam no Plenário.

Lasier informou que a eleição na CCT deve ocorrer na terça-feira da semana que vem, quando a indicação do seu nome deve ser confirmada.

Senado aprova medida que eleva imposto sobre ganhos de capital

Texto estabelece 4 alíquotas — que variam de 15% a 22,5%, dependendo do tamanho do lucro — e agora segue para sanção presidencial

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem proposta que eleva a tributação dos ganhos de capital para pessoas físicas e faz parte das medidas de ajuste fiscal do governo.

O texto aprovado por 56 votos favoráveis e 11 contrários, além de uma abstenção, foi o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 27/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 692/2015. Ele segue agora para sanção presidencial.

Ganho de capital é a diferença entre os rendimentos recebidos com a venda de um ativo (como ações e imóveis) e o custo da aquisição. Pela legislação atual, há apenas a alíquota de 15%, independentemente do valor do ganho. Já o PLV prevê que o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) sobre ganhos de capital tenha quatro alíquotas.

Quando o ganho for de até R\$ 5 milhões, o imposto será de 15%. Entre R\$ 5 milhões e R\$ 10 milhões, 17,5%. Acima de R\$ 10 milhões até R\$ 30 milhões, 20%. E acima de R\$ 30 milhões, 22,5%.

As mesmas alíquotas valem para ganhos obtidos por pequenas e médias empresas, inclusive as enquadradas no Supersimples.

Não serão aplicadas, por outro lado, para as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

Os valores das faixas de tributação serão corrigidos pelo mesmo percentual de reajuste



Votação da proposta durante sessão presidida por Renan Calheiros suscitou debate sobre o sistema tributário brasileiro

da menor faixa da tabela progressiva mensal do IRPF.

A MP também determina que, no caso de o ativo ser vendido em parcelas, a partir da segunda operação o ganho de capital deve ser somado aos ganhos auferidos nas parcelas anteriores para determinar as alíquotas. O objetivo é impedir que se parcele a venda para evitar as alíquotas maiores.

Além da tributação de 15% para ganhos até R\$ 5 milhões, o governo previa originalmente alíquotas maiores para faixas mais altas: 25% (entre R\$ 5 milhões e R\$ 20 milhões) e 30% (a partir de R\$ 20 milhões).

O texto estabelece ainda regras para uso de imóveis na quitação de dívidas tributárias.

Debate

Os senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Acir Gurgacz (PDT-RO) foram os relatores da MP. Gurgacz defendeu as mudanças feitas na relatoria, apontando que o trabalho

do senador Tasso melhorou o texto original. Tasso disse concordar com a tributação progressiva, mas defendeu as alterações na proposta, alegando que a tabela do governo trazia distorções.

— Sabemos que ainda não é o ideal. O ideal será quando o governo enviar um modelo de simplificação tributária — afirmou.

José Agripino (DEM-RN) elogiou a MP, mas disse que o governo tem a obrigação de apresentar uma proposta definitiva para a questão tributária. E Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância da medida como parte do ajuste fiscal do Executivo.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) expressou apoio à MP e ressaltou o trabalho dos relatores, mas disse que o PT governa o Brasil há 14 anos e nunca mandou uma reforma tributária digna para o Legislativo. Por sua vez, Blairo Maggi

(PR-MT) criticou a burocracia e a carga tributária do país.

Para Alvaro Dias (PV-PR), a MP é inconstitucional por não ser urgente, enquanto Ronaldo Caiado (DEM-GO) afirmou que a população não aceita mais aumento da carga tributária. Ambos anunciaram votos contrários à MP.

Oportunidade

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), o Legislativo perdeu a oportunidade de fazer justiça tributária ao acatar as mudanças que diminuíram os percentuais do imposto.

Donizeti Nogueira (PT-TO) e Lindbergh Farias (PT-RJ) também lamentaram a redução nas alíquotas propostas pelo governo. Lindbergh informou que vai apresentar uma série de projetos com sugestões na área tributária. Randolfe Rodrigues (Rede-AP) elogiou a MP, por elevar impostos das classes mais ricas, mas também defendeu o texto original.

Senado retoma hoje debate sobre atuação da Petrobras no pré-sal

O Plenário do Senado deve retomar hoje a discussão do projeto que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do pré-sal (PLS 131/2015). A proposta, de José Serra (PSDB-SP), tramita em regime de urgência.

Os senadores derrubaram, por 33 votos a 31, o requerimento que pedia a retirada da urgência. Alguns senadores alegaram precipitação e pediram mais debate. Simone Tebet (PMDB-MS) afirmou que está em jogo a soberania nacional. Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que se trata de entregar o controle do pré-sal às multinacionais em momento de baixa no preço do barril de petróleo.

Para Roberto Requião (PMDB-PR), sem o pré-sal a Petrobras irá à falência:

— A Petrobras e suas operações do pré-sal são de extrema importância para a retomada do desenvolvimento e para

combater o desemprego. A Petrobras é a espinha dorsal do desenvolvimento industrial brasileiro.

Pela lei atual, de 2010, a Petrobras deve atuar como operadora de todos os campos do pré-sal com uma participação de pelo menos 30%, além de ser a empresa responsável pela condução e execução, direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento e produção.

Serra argumentou que o projeto apenas acaba com a exclusividade da Petrobras, sem retirar a preferência:

— O nosso propósito é fortalecer a Petrobras, expandir a produção de petróleo, gerar receita para a União, os estados, os municípios, a educação e a saúde. Essa é uma sinalização muito boa para o país. Aqueles que são partidários do governo deveriam apoiar.

Outro defensor da proposta, Omar Aziz (PSD-AM) disse ser impossível esperar que a Petrobras se recupere para fazer investimentos no pré-sal.

— O Brasil tem pressa na exploração.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, ressaltou que o projeto já tem quase um ano de tramitação e que a comissão

especial constituída para debater a proposta não avançou por causa de divergências.

O relatório foi considerado lido por Romero Jucá (PMDB-RR), substituto de Ricardo Ferraço (sem partido-ES).

Jucá lembrou que o texto deverá receber emendas e, depois de deliberação no Plenário do Senado, seguirá para a Câmara.

Simone pede que participação da estatal no petróleo seja incluída na Constituição

Em discurso, Simone Tebet (PMDB-MS) defendeu sua proposta (PEC 6/2016) que insere na Constituição dispositivo que exige o regime de partilha



na exploração do petróleo da camada pré-sal. Pelo texto, a Petrobras continua sendo a operadora dos consórcios, mesmo que não esteja diretamente envolvida no processo.

Para Simone, a questão deve ser constitucionalizada para evitar que um simples projeto, que não exige quórum qualificado, altere a lei referente a um setor tão estratégico como o do petróleo. Ela se refere ao texto de José Serra que elimina a participação mínima obrigatória de 30% da Petrobras no pré-sal.

São Luís e Pará têm novo prazo para obter crédito

O Senado aprovou ontem dois projetos de resolução que prorrogam prazos de empréstimos. O primeiro dá mais 540 dias para São Luís contratar operação de crédito externo de até US\$ 13,5 milhões, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos devem financiar parte do programa de revitalização do centro histórico.

O prazo inicial venceria ontem. Por isso, o autor do PRS 6/2016, Roberto Rocha (PSB-MA), pediu o envio do texto com urgência ao Plenário, logo após a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos, pela manhã. Ele recebeu ofício da Prefeitura de São Luís, dizendo que o processo de empréstimo está em análise na Secretaria do Tesouro Nacional.

Também foi aprovado o PRS 7/2016, que prorroga financiamento de US\$ 26,4 milhões, já concedido ao Pará pelo BID, para atender parte do programa de desenvolvimento do turismo no estado.



A vice-presidente argentina, Gabriela Michetti, no Plenário

Projeto favorece aproximação de Brasil e Argentina

O Senado aprovou ontem o PDS 5/2016, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que cria o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. O grupo tem como finalidade incentivar as relações entre os Poderes Legislativos dos dois países.

A criação do grupo ocorreu no dia em que a vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, visitou o Senado. Na visita, em que foi recebida pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, Gabriela manifestou expectativa de aproximação entre os países.

— Vamos estreitar nossas relações e trabalhar muito para ter melhores resultados, para que nossos povos também tenham mais bem-estar, que no fim é o que buscamos todos nós, representantes políticos.

Avança MP que aumenta alíquota de impostos

Medida provisória, que passou em comissão, suspende benefícios da Lei do Bem e sobe tributos de importações. Texto vai agora para a Câmara e depois para o Senado

A MEDIDA PROVISÓRIA (MP) 694/2015, que reduz benefícios fiscais concedidos a diferentes setores da economia, foi aprovada ontem pela comissão mista criada para analisá-la. O texto será votado pela Câmara e pelo Senado separadamente.

A MP afeta empresas de desenvolvimento tecnológico, indústrias de segmentos como o têxtil e o petroquímico e pequenos agricultores do Nordeste. O texto faz parte do pacote de medidas do governo para reduzir o déficit orçamentário e aumentar a arrecadação.

O relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), incorporou 21 das 109 emendas apresentadas por senadores e deputados.

A MP suspende durante 2016 os benefícios fiscais criados pela Lei do Bem (Lei 11.196/2005), que permitiu a empresas de inovação tecnológica deduzirem do Imposto de Renda 60% do valor gasto com pesquisa e desenvolvimento.

A medida provisória limita a dedução dos juros incidentes



O vice-presidente da comissão mista, Benedito de Lira, e o relator, Romero Jucá, na sessão em que o texto foi aprovado

sobre o capital próprio, para efeito de apuração do lucro real das empresas. Até a edição da MP, os juros eram calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Com a MP, os juros continuarão a ser apurados com base na TJLP, desde que sua variação não exceda 5% ao ano. Os juros, uma vez pagos aos beneficiá-

rios, passam a sujeitar-se, para efeito da incidência de Imposto de Renda, à alíquota de 18%, ante os atuais 15%.

A MP eleva as alíquotas da contribuição para o PIS-Pasep-Importação de 0,54% para 1,11% e da Cofins-Importação de 2,46% para 5,02%. Essas contribuições incidem na importação de substâncias usadas

na indústria petroquímica, como etano, nafta e benzeno.

Remessa ao exterior

O texto de Jucá reduz de 25% para 6% a alíquota do Imposto de Renda retido na fonte incidente sobre os valores remetidos ao exterior por pessoas residentes no Brasil em viagens de turismo, negócios, trabalho,

treinamento ou missão oficial. A redução se aplica a cifras de até R\$ 20 mil ao mês e vale até 2019. As agências de viagens sujeitam-se ao limite de R\$ 10 mil ao mês por passageiro. Para usar a alíquota reduzida, elas deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo e suas operações deverão ser realizadas através de instituição financeira domiciliada no país.

— Todos os mecanismos colocados foram para beneficiar a população e os segmentos envolvidos — disse Jucá.

A MP 694 estabelece que por quatro anos não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante sobre as mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado nas Regiões Norte ou Nordeste ou no Espírito Santo.

A primeira versão do texto de Jucá elevava a tributação sobre aplicações financeiras. Em fevereiro, porém, ele recuou.

A medida provisória foi editada em setembro e precisa ser votada até 8 de março.

Para governo, medida dá estabilidade ao Minha Casa, Minha Vida

Os representantes do governo que participaram ontem de uma audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 698/2015 citaram a importância do texto, que muda as regras do Programa Minha Casa, Minha Vida em relação aos financiamentos feitos com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

De acordo com eles, a MP deu mais estabilidade e segurança ao programa ao garantir pagamento nos casos em que os beneficiários não quitarem as prestações dos imóveis a serem construídos com recursos do fundo. A audiência foi organizada pela comissão mista encarregada de estudar a MP.

O FGTS já financia parte da aquisição de imóveis novos do Programa Minha Casa, Minha Vida. Porém, as regras do FGTS exigem um tipo de garantia específica e, por isso, será necessário que o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) possa garantir o risco de crédito no financiamento imobiliário ao agente financeiro, como ocorre

hoje, mas em favor do beneficiário.

Para essa medida, será feita uma caução de depósito dos valores recebidos do FGTS exatamente no montante correspondente ao valor financiado ao mutuário, prevendo devolução do crédito ao FAR após a garantia. O FAR continua responsável pela cobertura do risco de danos físicos ao imóvel e risco de morte ou invalidez permanente do beneficiário.

De acordo com o governo, a MP cria uma fonte alternativa de recursos para a continuidade do Programa Minha Casa, Minha Vida, principalmente com novo fluxo de pagamentos para o FAR.

Representando o Ministério do Planejamento, o diretor Márcio Vale explicou que no ano passado foi aprovada uma nova modalidade de descontos para beneficiários do programa com renda familiar de até R\$ 1,6 mil e que a MP em questão viabiliza essa modalidade. Para Vale, a não aprovação da medida pode desestabilizar o planejamento financeiro e os desembolsos

do Minha Casa, Minha Vida.

O representante do Ministério da Fazenda, Hailton Madureira de Almeida, garantiu que o Minha Casa, Minha Vida não sofre nenhum atraso financeiro, o que permite a continuidade das obras em todo o país.

Emendas

Das 18 emendas apresentadas à MP, quatro foram discutidas com mais atenção na audiência, pois o autor delas, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), pediu apoio para aprová-las e debateu com os convidados cada uma, incluindo a que pede que 25% dos investimentos do programa sejam feitos em cidades com menos de 50 mil habitantes. A emenda foi apoiada pelo deputado Marcos Abrão (PPS-GO).

Os convidados afirmaram que não há viabilidade técnica para garantir essa porcentagem. O representante do Planejamento explicou que outros programas habitacionais com subsídios já atendem as cidades pequenas.

Representando o Ministério das Cidades, a diretora Alessandra D'Ávila Vieira afirmou que o governo é sensível às necessidades dos pequenos municípios. Ela disse que o governo já tentou criar uma modalidade do programa específica para cidades pequenas, mas a execução foi interrompida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2013.

A consultora do Conselho Curador do FGTS Maria Henriqueta Arantes Alves pediu que os parlamentares não aprovem nada que prejudique a sustentabilidade do FGTS.

A audiência foi presidida pelos senadores José Pimentel (PT-CE) e Telmário Mota (PDT-RR). O relator da MP é o deputado Arnon Bezerra (PTB-CE).

Senado não pode priorizar só projetos da oposição, diz Vanessa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu que o Senado vote o texto que regulamenta a tributação das grandes fortunas e a que permite a cobrança imediata de valores devidos à Receita mesmo que estejam sendo questionados administrativamente. Esses são alguns dos projetos que, a seu ver, contemplam os interesses dos partidos do Bloco Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB e Rede).

Para ela, a Casa não pode se debruçar só sobre os projetos da oposição, como o que cria a Lei de Responsabilidade das Estatais e o que elimina a participação obrigatória da Petrobras no pré-sal.

Lasier afirma que "avalanche de tributos" prejudica o Brasil

Lasier Martins (PDT-RS) criticou a "tempestade tributária" do governo, que, segundo ele, devasta as economias domésticas, pessoais e empresariais. O senador citou o aumento da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre bebidas quentes, o fim da isenção de tarifas para compra de computador, smartphone e tablet e a elevação de impostos sobre chocolate, sorvete e cigarro.

— Nós estamos vivendo uma avalanche de tributos. Não escapa nada. Não escapa ninguém.

Lasier também mencionou os tributos pagos pelas agências de turismo.



O senador Telmário Mota (C) conduz a audiência na comissão mista que analisa a MP 698/2015

Mudanças no Código Tributário Nacional que devem facilitar o trabalho de contribuintes e do Fisco foram aprovadas em colegiado

Comissão de juristas propõe unificar cadastros de empresas

PARA SIMPLIFICAR TANTO a vida do contribuinte quanto a dos órgãos de arrecadação, a Comissão de Juristas da Desburocratização aprovou sugestões de mudanças no Código Tributário Nacional. Entre elas, a de criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) unificado.

Segundo o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça Mauro Campbell, a empresa tem que ter atualmente o CNPJ federal e ainda os números de registro municipal, estadual ou distrital. Com a mudança, fica exigido apenas um cadastro. O pedido de cancelamento da inscrição será concedido ainda que restem obrigações tributárias a cumprir.

O ministro ressaltou que o código (Lei 5.172/1966) está defasado diante dos atuais mecanismos de tráfego e tratamento de informações.

Outra alteração aprovada pela comissão foi o cancelamento da exigência do alvará para a inscrição ou o encerramento da pessoa jurídica no cadastro. Os juristas incluíram uma cláusula para manter outras exigências estabelecidas em lei, de maneira a impedir abusos por parte das empresas.

— Essa cláusula visa dar não libertinagem, mas liberdade de atuação. Na área ambiental, por exemplo, há lei própria que exige o licenciamento para determinadas empresas. Isso fica mantido, assim como as situações em que o corpo de bombeiros exige alvará de fun-

cionamento — disse Campbell.

Ele alertou, no entanto, que o alvará precisa deixar de ser visto como uma garantia de que a empresa não precisa de fiscalização. O presidente da comissão lembrou o caso da boate Kiss, em Santa Maria (RS), onde um incêndio matou centenas de pessoas, embora o estabelecimento tivesse alvará.

— O problema é a fiscalização, que, no Brasil, precisaria ser contínua. Em qualquer momento o fiscal pode chegar à empresa e verificar — afirmou.

Certidão negativa

A comissão se reúne novamente em 4 de março para deliberar sobre pontos que ainda precisam de consenso. Um deles é a possibilidade de liberar as empresas da obrigação de entregar inúmeras certidões negativas de débito com o Fisco para contratar com a administração pública. Alguns juristas, no entanto, acham que a total liberação pode dar margem à sonegação de impostos. E outros, que empresas acabam se tornando

inadimplentes justamente por não receberem o pagamento da administração. Uma solução seria contratar a empresa e debitar do pagamento o que a contratada deve ao Fisco.

— Haveria um desconto no contrato para que se mantivesse a empresa aberta. As grandes sociedades mundiais entendem que o vetor é efetivamente a empresa, que gera emprego, gera renda. E não se mata a empresa. Se há corruptos na direção, prendem-se, porque a empresa é dos acionistas — explicou Campbell.

O ministro afirmou ainda que o Estatuto Geral da Eficiência Administrativa, anteprojeto no qual a comissão trabalha, deve ser concluído até o fim do prazo do colegiado, 9 de abril.

Municípios

Campbell esteve com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para sugerir uma proposta de emenda à Constituição que possibilita a criação do estatuto. O ministro explicou que a PEC permite que seja feita uma lei

complementar para abranger municípios, estados, Distrito Federal e a União em relação a questões fiscais.

— Vamos tentar facilitar a situação administrativa do pequeno município para que ele seja definido em lei como município e, assim, facilitar a previsão de contas dele, a cobrança, a execução tributária. E o processo administrativo fiscal todo também terá que ser revisto. Porque há municípios tão pequenos que não vale a pena criar uma estrutura administrativa tributária de cobrança de impostos, por exemplo, quando ele pode se conveniar com o estado e o estado fazer a execução — explicou.

Campbell também disse que Renan pretende prorrogar os trabalhos da comissão, para que o colegiado continue apoiando os senadores com esclarecimentos durante a votação das propostas.

A comissão é formada por 16 juristas e tem o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), como relator.



Comissão de Juristas da Desburocratização vai apresentar anteprojeto de um Estatuto Geral da Eficiência Administrativa

Senado estimula adoção de ferramentas de transparência

Metade das câmaras municipais do Brasil não tem acesso à internet, e o Senado vem ajudando outras Casas legislativas a criar sites personalizados e armazenando esses portais no seu centro de dados. Esse serviço gratuito já atende 500 câmaras municipais e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau.

Esse serviço que o Senado presta para difundir a importância de os órgãos públicos terem visibilidade para os cidadãos e interagirem com a sociedade foi uma das ações apresentadas à Comissão de Transparência e Governança Pública. Os integrantes do colegiado conheceram ontem os sistemas desenvolvidos pelo Senado para garantir mais transparência ao seu funcionamento e que vêm sendo adotados também por outras Casas legislativas.

Os instrumentos de transparência foram apresentados à comissão pelo diretor-executivo do Programa Interlegis, Helder Rebouças, e pela diretora da Secretaria de Transparência do Senado, Elga Lopes.

Integridade

Rebouças sugeriu que a comissão apresente um projeto para criação do Programa de Integridade no Senado, nos moldes do lançado pela Controladoria-Geral da União, no ano passado, para estimular a cultura da ética, principalmente nas companhias que atuam junto à administração pública.

Outras sugestões do diretor do Interlegis foram a criação de uma rede nacional de transparência e governança do Legislativo e a promoção de seminários nas regiões macroeconômicas, para estimular as assembleias legislativas a

criarem suas comissões de transparência e governança.

Elga informou que desde a criação do Portal da Transparência do Senado, há dois anos, foram registrados 2,3 milhões de acessos, numa média de 130 mil por mês. Pesquisas de opinião promovidas pela Casa ouviram 3,4 milhões de pessoas. A diretora também explicou como funciona o Índice de Transparência do Poder Legislativo, que oferece aos cidadãos instrumentos objetivos para avaliar se o Congresso está respeitando a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

— O objetivo é criar uma forma de medir a transparência, onde e como está sendo gasto o dinheiro, o que o Legislativo está fazendo — disse.

João Capiberibe (PSB-AP) informou que hoje, às 20h, vai promover o evento virtual Twitço da Transparência.

O propósito é fiscalizar o cumprimento da lei que obriga os entes públicos a colocarem suas receitas e despesas públicas na internet (Lei Complementar 131/2009).

— Os interessados devem procurar a página do evento no Facebook. Quem participar deve usar a hashtag #transparência — explicou.

O presidente da comissão, Paulo Bauer (PSDB-SC), reconheceu que as instituições públicas estão adotando práticas de transparência, mas reclamou de informações incompletas. O senador citou como exemplo a relação dos beneficiários do Bolsa Família.

— Por que não dar divulgação aos nomes dos beneficiários, para que os outros cidadãos saibam quem é merecedor? O cidadão ajudaria o poder público a fiscalizar o programa social — disse.

Shopping pode ter brinquedos adaptados

Os centros comerciais e shoppings podem ser obrigados a destinar a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no mínimo 5% dos brinquedos e equipamentos das áreas de lazer. A medida é prevista em projeto (PLS 382/2011) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O objetivo da proposta, segundo o autor, o então senador Vital do Rêgo, é dar às crianças com deficiência a oportunidade de diversão e também de integração e de interação com as demais crianças, “beneficiando o seu desenvolvimento em convívio conjunto”.

O relator, Douglas Cintra (PTB-PE), lembrou que a Lei 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade) já prevê essa reserva em parques de diversões públicos e privados. Por isso, optou pelo substitutivo, que não cria uma nova lei, apenas altera a já existente para incluir os shoppings entre os locais com essa obrigação.

Da CAE, o projeto seguirá para decisão final na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Bancada define pauta feminina para o semestre

A bancada feminina do Senado se reuniu ontem no gabinete de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para discutir a agenda prioritária do semestre.

As cotas para mulheres (PEC 134/2015), o combate à violência, a reforma previdenciária, o Marco Legal da Primeira Infância e o PL 4.073/2015 (sobre empoderamento da mulher no esporte e na política) serão temas prioritários. Vanessa ressaltou projetos a serem apoiados, como o PLS 241/2011, que dá isenção em veículo para mulher mastectomizada, e o PL 213/2015, que permite às mulheres optar pelo serviço militar, informou a assessoria de imprensa da Procuradoria da Mulher.

Participaram Regina Sousa (PT-PI), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Ana Amélia (PP-RS), Fátima Bezerra (PT-RN), Ângela Portela (PT-RR) e representantes de ministérios.

Novo presidente do TST defende regulamentação da terceirização

Em visita à Presidência do Senado ontem, Ives Gandra Martins Filho pediu leis mais claras e uma aproximação entre Congresso e Judiciário

O NOVO PRESIDENTE do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, defendeu ontem a aprovação de um marco regulatório da terceirização. Ele discutiu o assunto em visita ao presidente do Senado, Renan Calheiros.

A terceirização é tema do PLC 30/2015, que tramita no Senado, já aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo Ives Gandra, uma aproximação maior do Congresso com o Judiciário trabalhista pode ajudar a destravar a questão e produzir uma lei que dê segurança jurídica.

— Hoje temos apenas uma súmula do TST que trata da terceirização. A Súmula 331 diz o que é possível fazer ou não, se é atividade-fim ou atividade-meio. Enquanto não tivermos uma legislação explicando quais direitos devem ser garantidos ao trabalhador, o que é possível ou não terceirizar, um juiz vai



Jane de Araújo/Agência Senado

Para Ives Gandra, marco regulatório vai beneficiar empresas e trabalhadores

decidir de um jeito e outro juiz, de outro — afirmou.

Para o jurista, as empresas e os trabalhadores ficam desorientados. Por isso, na opinião dele, uma lei que dê explicações melhores, com marcos mais definidos, poderá oferecer mais segurança a todos os setores envolvidos.

Ives Gandra acredita que quem mais sofre com a falta de regulamentação, hoje, é o trabalhador do setor público.

— As empresas acabam sumindo. Ficam os mesmos trabalhadores com uniformes diferentes. E no setor privado não se sabe o que é possível terceirizar, se é atividade-fim em alguma modalidade ou apenas a atividade-meio — disse.

Segundo Renan, é fundamental estabilizar as relações de terceirização no Brasil.

— A regulamentação da terceirização é importante

para as empresas e para os trabalhadores. É uma questão que precisa ser regulamentada, para acabar com essa insegurança que inclusive dificulta investimentos. É esse o debate que temos que fazer — afirmou.

Outro assunto tratado entre os presidentes do Senado e do TST foi o projeto que cria cargos de provimento efetivo e em comissão no quadro de pessoal do tribunal (PLC 100/2015). De acordo com o presidente do TST, hoje existe uma defasagem de servidores.

— Estamos com aproximadamente 300 mil processos para serem julgados e não temos servidores para dar apoio aos ministros. Estamos pagando horas extras.

Ives Gandra toma posse amanhã na Presidência do TST e convidou Renan para a solenidade. O ministro substituiu Antonio José de Barros Levenhagen.

(Da Presidência do Senado)

Cientistas querem derrubar vetos ao marco legal da área

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem representantes de associações de pesquisa científica e tecnológica. Eles pediram urgência na votação dos vetos da presidente Dilma Rousseff ao Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243), sancionado em janeiro.

Em carta, 18 instituições argumentam que os vetos retiraram dispositivos essenciais para eliminar gargalos que dificultam o desenvolvimento da inovação no Brasil. A lei teve origem no PLC 77/2015, aprovado pelos senadores em dezembro.

Renan foi solidário ao pedido e informou que vai marcar sessão do Congresso para 8 de março destinada a votar vetos. Ele disse acreditar que Dilma vai colaborar e lembrou que houve casos em que a própria presidente apoiou a derrubada de veto.

Valadares sugere saída política para a crise

Só uma saída política, com a participação de todos os partidos e a introdução de um novo sistema



Moreno Mariz/Agência Senado

político, pode salvar o país nesse momento de crise. Assim discursou ontem Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador é um dos autores da proposta de emenda à Constituição que institui o parlamentarismo no Brasil.

— A política é que resolve a crise econômica, que resolve o desemprego, que resolve os trabalhos contra a corrupção. A democracia exige de todos nós uma ação efetiva para que saíamos desse buraco e entremos na retomada do desenvolvimento econômico.

Garibaldi é a favor da reforma na Previdência

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse discordar dos que aproveitaram a sessão especial do Senado que comemorou o Dia Nacional do Aposentado, na segunda-feira, para criticar a reforma do sistema previdenciário.

O senador lamentou que o governo tenha uma postura tímida na defesa da adoção de uma idade mínima para aposentadoria.

— Se não for adotada, vamos ter realmente um colapso total, porque a média de envelhecimento é na faixa de 70 anos e os brasileiros se aposentam em média com 55 anos. É uma equação que não fecha.



Moreno Mariz/Agência Senado

Raupp elogia ação da Justiça do Trabalho

O Programa Vara Itinerante, da Justiça do Trabalho, que atende cidadãos em Rondônia, foi elogiado ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador disse que a iniciativa é um exemplo a ser seguido porque leva a Justiça aos cidadãos no local em que moram e evita que tenham que se deslocar para conseguir seus direitos.

De acordo com ele, o programa é essencial para atender regiões mais isoladas e distantes dos grandes centros, já que os cidadãos dessas localidades também pagam impostos e precisam contar com serviços públicos de qualidade.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medeiros pede regularização de terras em MT

José Medeiros (PPS-MT) pediu ao Ministério do Desenvolvimento Agrário rapidez na regularização de terras em Mato Grosso para que sejam evitados conflitos fundiários em alguns municípios do estado. O senador contou que um dos líderes dos trabalhadores sem terra foi assassinado segunda-feira em Guarantã. Medeiros frisou que é preciso resolver essa questão urgentemente.

— Fica aqui esse alerta e o pedido para que o ministro Patrus Ananias possa, por meio do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] ou da Ouvidoria Agrária, resolver esses problemas.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ângela lamenta obras paradas no Linhão de Tucuruí

Decisão liminar da Justiça Federal, que acolheu pedido do Ministério Público Federal no Amazonas para suspender os efeitos da licença prévia para as obras do Linhão de Tucuruí, foi lamentada por Ângela Portela (PT-RR).

— Isso traz imenso desconforto a nossa população, que vive com energia cara e ruim, na medida que depende de termelétricas. Também diminui as condições de desenvolvimento econômico de Roraima. Qual o estado que cresce, se desenvolve e tem perspectiva de desenvolvimento econômico sem energia segura e confiável?



Marcos Oliveira/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ministro do TCU que fez parecer pela reprovação das contas do governo de 2014 e o advogado-geral da União, que deve defender o Planalto, serão convidados a falar à CMO

Comissão de Orçamento ouvirá Nardes e Adams

A PRESIDENTE DA Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), informou que convidará o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, e o ministro do TCU Augusto Nardes para debater a prestação de contas do Executivo no ano de 2014. Eles devem falar à comissão já na próxima semana, mas a data ainda não está definida.

Nardes é o autor do parecer, acolhido pelo TCU, que rejeitou as contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff. Adams apresentará a defesa do governo federal. O debate embasará a votação na CMO do relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO) sobre o assunto, que recomenda a aprovação, com ressalvas, das contas.

A decisão da CMO sobre as contas presidenciais de 2014 deve ser tomada até o dia 15 de março. A comissão ainda não realizou reunião neste ano — as quatro agendadas foram canceladas, inclusive a

de ontem —, mas Rose diz não temer a falta de tempo.

— Não me preocupo, isso faz parte. Todos têm consciência de que uma hora teremos que decidir. Não pode é ficar segurando uma matéria achando que aquilo é um bom palanque para eleição — observou.

A CMO tem nova reunião marcada para hoje, a partir das 15h, quando deverá retomar a pauta de votações, que inclui análise de relatórios de gestão fiscal, avaliação de receitas e despesas e demonstração financeira de alguns órgãos.



Prazo para decidir sobre contas do Executivo termina em março, mas Rose de Freitas diz não temer falta de tempo

Gerardo Magela/Agência Senado

Tombini pode ter de explicar postura às vésperas de reunião do Copom

Por solicitação de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou convite para o presidente do Banco Central (BC), Alexandre Tombini, apresentar os argumentos que justificam a manutenção da Selic em 14,25%, “após

diversas sinalizações de que elevaria a taxa básica”. A audiência pública ainda não tem data.

No requerimento, o senador acusa Tombini de quebrar o protocolo e contrariar o chamado silêncio do Copom, guardado para evitar infor-

mações privilegiadas entre o dia da reunião e a divulgação da ata do Comitê de Política Monetária. Na véspera do encontro, o presidente do BC divulgou comunicado alertando para novas projeções de queda do PIB brasileiro.

A postura de Tombini, disse

Flexa, cria suspeita de que a instituição se submetera a pressões do governo contra o aumento dos juros. O senador disse que busca explicações para uma situação polêmica que, no mínimo, coloca sob suspeição a autonomia do órgão para tomar decisões.

Projeto obriga órgão público a divulgar gasto com propaganda

Os órgãos públicos federais do Executivo, do Legislativo e do Judiciário podem ser obrigados a divulgar as despesas com cada anúncio ou campanha publicitária em espaço da própria peça, quaisquer que sejam os meios de comunicação utilizados na veiculação. Esse é o objetivo de projeto (PLS 86/2014) aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

A proposta, que segue para decisão final da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), é

do ex-senador Jarbas Vasconcelos, atualmente deputado federal. Pelo texto, além de informar gastos com produção e divulgação de cada anúncio ou campanha, os órgãos deverão publicar semestralmente relatório sobre todas as despesas com propaganda. A obrigação de divulgação abrange inclusive os anúncios na internet.

Conforme o projeto, que tem apoio do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF), a Justiça poderá determinar a imediata suspensão da veiculação da campanha publicitária em caso

de descumprimento da obrigação de divulgação do valor das despesas. O pedido pode partir de qualquer cidadão ou dos órgãos competentes para o ajuizamento de ação civil pública, como o Ministério Público e a Defensoria Pública.

Jarbas argumenta que o objetivo é garantir mais transparência aos gastos públicos nesse setor. Para ele, apesar de a Constituição proibir a publicidade oficial para a promoção pessoal do governante, as despesas com esses serviços atingem “valores astronômicos”.



Relator da proposta, Cristovam diz que a informação é arma contra a corrupção

Pedro França/Agência Senado

Proposta permite a prorrogação de convenção coletiva de trabalho

A possibilidade de prorrogação de convenção ou acordo coletivo de trabalho foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A medida é prevista em proposta (PLS 181/2011) de José Pimentel (PT-CE). Como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) veda duração superior a dois anos para esses instrumentos, a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST) considera inválida a prorrogação por meio de termo aditivo.

O projeto ainda será votado por três comissões: de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Direitos Humanos (CDH) e, em decisão final, pela de Assuntos Sociais (CAS).

Originalmente, o texto permitia a prorrogação até a assinatura de novo instrumento

normativo. Em seu parecer favorável, o relator, Douglas Cintra (PTB-PE), levou em conta os argumentos de especialistas de que a prorrogação automática poderia gerar desestímulo à prática de negociação coletiva. Uma solução intermediária encontrada por Cintra foi abrir a possibilidade de prorrogação, no próprio instrumento negocial, pelo tempo necessário à assinatura de novo acordo ou convenção.

Negociação

O relator optou por uma emenda substitutiva mantendo o prazo máximo de vigência em dois anos e ressaltando a possibilidade de prorrogação por até um ano no total, enquanto se negociam novas condições.

Capiberibe quer incentivar propaganda eleitoral pela internet

Projeto que permite que até 30% dos candidatos de cada partido façam campanha eleitoral exclusivamente por redes sociais e internet foi defendido por João Capiberibe (PSB-AP). Esses candidatos abririam mão de rádio e TV, cartazes e até carros de som. Teriam gastos limitados a dez salários mínimos, e não poderiam arrecadar fundos.

— Qual seria a vantagem, se a internet não é universalizada no país? A diferença de custo é enorme: o candidato vai gastar R\$ 2 mil. Quem fizer a tradicional vai gastar R\$ 2 milhões.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Ana Amélia, populismo na América Latina está no fim

Ana Amélia (PP-RS) disse que o populismo na América Latina está com os dias contados: na Argentina, Cristina Kirchner foi substituída por Mauricio Macri e na Bolívia o povo decidiu que Evo Morales não concorrerá à reeleição. Para a senadora, a “síndrome ditatorial populista” criou graves problemas em vários países, como crise econômica e corrupção.

— Isso tem irritado profundamente a população desses países — afirmou, ao registrar a visita da vice-presidente da Argentina, Gabriela Michetti, ao Congresso.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Otto defende centro de pesquisa sobre cultura do cacau

Otto Alencar (PSD-BA) criticou a intenção do governo de reduzir a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) a coordenação. O senador disse que a Ceplac é órgão importante do Ministério da Agricultura, pois tem status de secretaria. Ele teme que a mudança afete as lavouras de cacau da Bahia:

— A Ceplac implementou um modelo de geração e transferência de tecnologia reconhecido como o mais eficaz em toda a América, integrando pesquisa, extensão rural e educação.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Avança isenção para instrumentos musicais

Projeto que se destina a orquestras e músicos profissionais valerá para a importação de equipamentos e, aprovado na Comissão de Educação, será analisado agora pela de Assuntos Econômicos

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que concede isenções fiscais sobre instrumentos musicais. A proposta contou com parecer favorável do relator, Cristovam Buarque (PPS-DF).

O PLS 329/2015 segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, fica concedida a orquestras e músicos profissionais isenção do Imposto de Importação sobre instrumentos, equipamentos e acessórios que façam parte da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados. O projeto

também prevê a isenção do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação.

Os músicos somente obterão a isenção para uso próprio uma vez a cada 36 meses na importação de instrumentos e uma vez a cada 24 meses para compras no mercado interno. Essas restrições não se aplicam a acessórios para o instrumento, indispensáveis à manutenção.

A proposta também determina que a venda do produto adquirido — antes de 36 meses nos casos de importação e antes de 24 meses na compra no mercado interno — para alguma pessoa que não satisfaça as condições legais sujeitará o vendedor ao paga-



Fernando Fracão/ABr

Orquestras e músicos deverão comprovar a atividade profissional para ter direito aos benefícios previstos pelo projeto

mento do tributo dispensado, e atualizado, sem prejuízo das demais penalidades.

O projeto ainda prevê que os benefícios criados só produzirão efeitos a partir

do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que o Poder Executivo estimar o montante da renúncia fiscal.

O governo federal também

deverá incluir nessa documentação um demonstrativo acompanhando o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após 60 dias da publicação da nova lei.

Plenário analisará regras para assistência funerária

Proposta que define normas para comercialização de planos de assistência funerária foi aprovada ontem na Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e segue para votação em Plenário. O projeto também estabelece regras para a fiscalização das empresas que atuam no setor.

Apesar de bastante difundidos, os planos são vendidos sem uma norma específica, estando sujeitos a regras gerais do Código de Defesa do Consumidor.

Essa situação, como argumenta o autor, deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), abre espaço para a atuação de empresas inescrupulosas, que deixam de prestar os serviços contratados, am-

pliando as dificuldades dos consumidores num momento em que enfrentam dor e tristeza pela perda de um parente.

O projeto (PLC 50/2014) estabelece que os planos apresentem contrato com descrição detalhada dos serviços a serem prestados, que podem incluir atendimento funerário, organização de homenagens póstumas, cerimonial e traslados, entre outros.

Também deve constar do contrato o valor ser pago e o número de parcelas de pagamento, incluindo forma de reajuste, condições para cancelamento, suspensão e tempo de carência.

O texto determina que, para atuar no mercado, as empresas administradoras desses planos devem manter

patrimônio líquido contábil equivalente a 12% da receita líquida anual obtida com a venda dos contratos, assim como capital social mínimo de 5% e reserva de solvência de 10% da receita anual.

Elas deverão ser fiscalizadas pelos Procons. E em casos de descumprimento das regras, estarão sujeitas a advertência, multa, suspensão das atividades e interdição.

O relator na CMA, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), acolheu emenda aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em artigo que autoriza as administradoras de planos a transferir a execução do funeral a empresas cadastradas para o serviço.

Obras inacabadas

Na mesma reunião, os senadores da CMA aprovaram a reativação dos trabalhos da Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas, destinada a acompanhar e fiscalizar a aplicação de recursos federais em obras públicas.

O colegiado ficará em atuação até dezembro e buscará identificar causas e responsáveis pelo atraso na realização das obras.

Comissão quer ensino obrigatório de artes visuais, teatro, música e dança

As artes visuais, o teatro, a música e a dança deverão ser as linguagens que compõem o ensino de artes nas escolas. Projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Pela legislação atual, apenas a música é citada como conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, no componente curricular.

A proposta aprovada na CE é proveniente de um texto substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 14/2015) a projeto de lei apresentado pelo então senador Roberto Saturnino, em 2006.

O prazo para os sistemas de ensino implantarem as mudanças, incluída a formação dos professores na educação básica, é de cinco anos. O relator foi o senador Cristovam Buarque (PPS-DF).

Proposta prevê que equoterapia seja exercida por equipe multiprofissional

Foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE) texto substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto que regula a equoterapia. Esse método de reabilitação utiliza o cavalo em abordagens interdisciplinares nas áreas da saúde, educação e equitação para promover o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência.

De acordo com a proposta (SCD 13/2015), a prática passa a ser condicionada a um parecer favorável em avaliação médica, psicológica e fisioterápica.

A atividade deve ser exercida por uma equipe constituída por médico, médico veterinário, psicólogo, fisioterapeuta e um profissional da equitação.

Também poderão fazer parte da equipe, sempre em abordagens individualizadas, pedagogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e professores de educação física, desde que possuam curso específico na área da equoterapia.

Outra exigência é que deve haver o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo praticante, por meio de um registro periódico, sistemático e individualizado das informações em prontuário.

Os centros de equoterapia somente poderão operar com autorização da vigilância sanitária ou laudo técnico emitido pela autoridade regional de medicina veterinária atestando as condições de higiene das instalações e a sanidade dos animais.

A propostafoi relatada pela senadora Ana Amélia (PP-RS) e segue para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Sífilis

A CE também aprovou o PLC 146/2015, que cria o Dia Nacional de Combate à Sífilis, no terceiro sábado de outubro. A sífilis congênita, uma das formas mais graves da doença, tem no Brasil uma taxa de 4,7 casos por mil nascidos vivos. Ronaldo Caiado (DEM-GO) foi o relator.



Ao lado de Ronaldo Caiado, o relator do projeto, Flexa Ribeiro, fala na CMA

Projeto busca evitar acidentes com água sanitária

Embalagens de água sanitária e de soda cáustica líquida vendidas no varejo podem passar a ser obrigatoriamente rígidas, opacas, reforçadas, herméticas e com tampa de dupla segurança.

Essas especificações, que visam evitar acidentes, constam do Projeto de Lei do Senado (PLS) 676/2015, apro-

vado ontem na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Acidentes causados por soda cáustica resultaram, em 2014, em 140 mil internações na rede pública de saúde, com 6 mil mortes, segundo o autor da proposta, José Maranhão (PMDB-PB).

O fabricante que descumprir as normas poderá ser punido por desobediência a regras sanitárias, além de estar sujeito a punições administrativas e penais.

Com voto favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).